

# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

## CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 1/2023



## COORDENADOR DO PROCESSO LEGISLATIVO

**Manhã**

**Tipo 1 - BRANCA**

Organizadora:



**INSTITUTO**  
CONSULPLAN

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**A importância da educação e conscientização no combate à violência feminina**

No contexto atual, é alarmante constatar que muitas mulheres ainda desconheçam os diferentes tipos de violência feminina perpetrados contra elas. Essa falta de conhecimento não apenas contribui para a perpetuação do ciclo de abuso, mas também as impede de buscar ajuda e se proteger adequadamente. Dentro dessa realidade preocupante, destacam-se diversos tipos de violência feminina, cada um com suas características e impactos específicos.

A violência física, por exemplo, manifesta-se através de agressões diretas como socos, chutes e empurrões, deixando marcas visíveis e emocionais profundas. Já a violência psicológica, talvez menos evidente, é igualmente devastadora, minando a autoestima e o bem-estar emocional da vítima por meio de humilhações, xingamentos e ameaças constantes.

A violência sexual é outra forma de agressão que merece atenção especial. Ela engloba qualquer tipo de abuso, coerção ou intimidação sexual não consentida, deixando cicatrizes emocionais que muitas vezes perduram por toda a vida. Enquanto isso, a violência patrimonial é uma realidade cruel na qual a vítima é submetida ao controle abusivo de seus bens e recursos financeiros, limitando sua independência e liberdade.

Por fim, a violência moral, muitas vezes subestimada, também causa danos significativos ao expor a intimidade da mulher, difamando-a publicamente e comprometendo sua dignidade e reputação.

Para combater essa falta de conhecimento e conscientizar as mulheres sobre seus direitos e formas de se protegerem, é fundamental implementar programas educacionais desde cedo, principalmente nas escolas. Educar crianças e adolescentes sobre respeito, igualdade de gênero e prevenção da violência é essencial para criar uma sociedade mais justa e igualitária.

As escolas desempenham um papel fundamental nesse processo, pois são espaços privilegiados para a disseminação de conhecimento e valores. Ao incluir em suas grades curriculares conteúdos relacionados à violência de gênero, as escolas contribuem para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados na luta contra a violência feminina. Além disso, é importante que as instituições de ensino ofereçam espaços seguros e acolhedores onde os alunos possam discutir abertamente questões relacionadas à violência de gênero, esclarecer dúvidas e buscar apoio em casos de violência.

Além disso, é crucial que o papel da mulher como mãe seja valorizado e discutido dentro das famílias. Conversas abertas sobre questões relacionadas à violência de gênero e o ensino aos filhos sobre o respeito e a valorização das mulheres desde cedo são eficazes na promoção de mudanças culturais e comportamentais.

Outra medida importante é a adoção de políticas mais rigorosas pelas plataformas digitais, que devem coibir publicações agressivas ou que promovam a violência contra as mulheres. A fiscalização rigorosa nessas plataformas pode ajudar a prevenir a disseminação de discursos de ódio e a proteger as mulheres do assédio *online*.

As plataformas digitais têm uma visibilidade ampla e a capacidade de disseminar informações rapidamente. Portanto, é essencial que utilizemos essas ferramentas de forma responsável e ética, promovendo a conscientização e o combate à violência feminina em todas as esferas da sociedade.

É essencial que a sociedade se una para garantir que essas leis sejam implementadas efetivamente e que as mulheres tenham acesso à informação, justiça e proteção necessárias para viverem livres de violência.

*(Advogado Paulo Meira Passos, Diretor-Chefe da Meira Passos Advogados e Advogado da Comissão da OAB-MG. Disponível em: <<https://www. hojeemdia.com.br/opiniao/>>. Acesso em: fevereiro de 2024.)*

**Questão 01**

**Acerca do emprego do acento indicativo de crase no título do texto, pode-se afirmar que:**

- A) É facultativo, considerando que o termo regente pertence ao gênero masculino.
- B) É facultativo, já que o termo regente trata-se de uma expressão composta por um substantivo e adjetivo.
- C) É obrigatório, reconhecendo-se a exigência da regência nominal estabelecida e o gênero do termo regido.
- D) É obrigatório, reconhecendo-se a exigência da regência verbal estabelecida e a classificação morfológica do termo regido.

**Questão 02**

**Considerando-se que o texto apresenta recursos e processos argumentativos para a construção de posicionamentos do enunciador acerca do tema tratado assim como de subtemas a ele relacionados, a seguir os trechos destacados apresentam expressão subjetiva na construção de tais posicionamentos, tendo direta relação com os processos citados, com EXCEÇÃO de:**

- A) “A violência sexual é outra forma de agressão que merece atenção especial.” (3º§)
- B) “A violência física, por exemplo, manifesta-se através de agressões diretas como socos, chutes e empurrões, [...]” (2º§)
- C) “No contexto atual, é alarmante constatar que muitas mulheres ainda desconheçam os diferentes tipos de violência feminina [...]” (1º§)
- D) “Dentro dessa realidade preocupante, destacam-se diversos tipos de violência feminina, cada um com suas características e impactos específicos.” (1º§)

**Questão 03**

Em relação ao título do texto e às relações morfossintáticas e semânticas estabelecidas em sua construção pode-se afirmar que:

- A) O termo “violência” atua como determinante de “feminina”.
- B) O termo “feminina” atua como determinante de “violência”.
- C) O termo “combate” está determinado pela expressão “violência feminina”.
- D) A ausência do artigo definido diante do termo “educação” torna o seu sentido genérico.

**Questão 04**

O título “A importância da educação e conscientização no combate à violência feminina” atribuído ao texto refere-se diretamente às ideias trazidas ao texto nos parágrafos indicados a seguir:

- A) 3º e 4º parágrafos.
- B) 5º e 6º parágrafos.
- C) 1º ao 5º parágrafo.
- D) 5º ao 10º parágrafo.

**Questão 05**

“Essa falta de conhecimento não apenas contribui para a perpetuação do ciclo de abuso, mas também as impede de buscar ajuda e se proteger adequadamente.” (1º§) A locução conjuntiva “mas também”, nesse contexto:

- A) Estabelece uma ideia de acréscimo em relação à oração posterior.
- B) Estabelece uma relação de oposição, pois opõe “a falta de conhecimento” ao referido impedimento.
- C) Estabelece relação de acréscimo, adição, desempenhando a mesma função de uma conjunção aditiva.
- D) Não estabelece relação de oposição entre as duas orações, mas entre o período destacado e ideia expressa no período seguinte.

**Questão 06**

Acerca do conectivo sublinhado em “Educar crianças e adolescentes sobre respeito, igualdade de gênero e prevenção da violência é essencial para criar uma sociedade mais justa e igualitária.” (5º§), pode-se afirmar que há a indicação de uma ideia de:

- A) Retificação.
- B) Efeito visado.
- C) Efeito contingente.
- D) Consequência desejada.

**Questão 07**

Considerando o emprego dos mecanismos de coesão textual no texto assim como sua relevância para que a mensagem tenha a devida compreensão, pode-se afirmar que no primeiro parágrafo do texto, a manutenção do elemento introduzido “muitas mulheres” pode ser identificada em:

- A) Uma ocorrência apenas.
- B) Duas ocorrências apenas.
- C) Três ocorrências no total.
- D) Seis ocorrências no total.

**Questão 08**

“Ela engloba qualquer tipo de abuso, coerção ou intimidação sexual não consentida, deixando cicatrizes emocionais que muitas vezes perduram por toda a vida.” (3º§) O pronome relativo destacado foi empregado como recurso coesivo que estabelece, no enunciado, relação de referência com:

- A) Os tipos de abuso sofridos pelas mulheres.
- B) A marcação temporal indicada: toda a vida.
- C) Os abusos específicos: coerção e intimidação sexual.
- D) Consequências mencionadas tais como cicatrizes emocionais.

**Questão 09**

“Dentro dessa realidade preocupante, destacam-se diversos tipos de violência feminina, cada um com suas características e impactos específicos.” (1º§) A flexão no plural da forma verbal empregada no período anterior justifica-se, pois:

- A) A forma verbal deve concordar com o sujeito composto apresentado.
- B) A forma verbal deve concordar com o sujeito que também está no plural.
- C) O verbo impessoal não apresenta variação, apenas uma única forma: terceira pessoa do plural.
- D) A forma na terceira pessoa do plural é característica do sujeito indeterminado conforme é visto no período.

**Questão 10**

No último parágrafo do texto, é possível reconhecer a retomada de um posicionamento do enunciador e uma referência a ideias propositivas em relação à situação-problema apresentada, que é um dos recursos textuais característicos

- A) do texto injuntivo.
- B) do texto prescritivo.
- C) do discurso indireto.
- D) do discurso dissertativo.

**Questão 11**

Segundo as informações e ideias trazidas ao texto, é correto afirmar que:

- A) O autor estabelece uma afirmativa hipotética acerca da violência psicológica, apresentando também algumas de suas consequências.
- B) Ao dizer que a violência sexual “merece atenção especial”, a autora explicita que tal tipo de violência pressupõe um melhor atendimento às vítimas que os demais.
- C) O controle dos bens está diretamente relacionado à violência contra o indivíduo nos mais diversos segmentos sociais; sem distinção de classe, idade ou situação econômica.
- D) Em oposição ao que é possível constatar em situações históricas passadas, a maioria das mulheres pode constatar e reconhecer-se como participante de um grupo que não mais está silenciado.

**Questão 12**

Em “*Enquanto isso, a violência patrimonial é uma realidade cruel na qual a vítima é submetida ao controle abusivo de seus bens e recursos financeiros, limitando sua independência e liberdade.*” (3º§), a expressão introdutória do período destacado indica:

- A) Temporalidade concomitante.
- B) A consumação de um processo.
- C) Ocasão referente ao momento exclusivo da enunciação.
- D) Frequência de um fato independentemente de eixo referencial.

**Questão 13**

No trecho “*As escolas desempenham um papel fundamental nesse processo, pois são espaços privilegiados para a disseminação de conhecimento e valores.*” (6º§), a argumentação do articulista mostra:

- A) Uma afirmativa seguida de uma oração explicativa relacionada ao tema textual.
- B) A apresentação de um fato hipotético apontado como uma afirmativa indiscutível.
- C) Um tangenciamento do tema, indicando um desvio aceitável em relação ao citado.
- D) O emprego do argumento de autoridade, considerando a qualificação informada acerca do autor.

**Questão 14**

Considerando o contexto, pode-se afirmar que, dentre os termos destacados a seguir, tem seu significado expresso de forma correta o indicado em:

- A) “*é alarmante constatar*” / contundente
- B) “*constatar que muitas mulheres*” / averiguar
- C) “*tipos de violência feminina perpetrados contra elas.*” / imergidos
- D) “*desconheçam os diferentes tipos de violência feminina*” / experienciam

**Questão 15**

A repetição indevida de palavras e/ou expressões pode comprometer o texto em relação ao nível de linguagem e clareza na transmissão da mensagem produzida. Assim, pode-se observar a seguir o emprego de termos que funcionam como elementos de coesão que mantêm o referente textual já introduzido e que impedem tal inadequação, com EXCEÇÃO de:

- A) “*As escolas desempenham um papel fundamental nesse processo, [...]*” (6º§)
- B) “*Conversas abertas sobre questões relacionadas à violência de gênero [...]*” (7º§)
- C) “*Ao incluir em suas grades curriculares conteúdos relacionados à violência de gênero, [...]*” (6º§)
- D) “*Além disso, é crucial que o papel da mulher como mãe seja valorizado e discutido dentro das famílias.*” (7º§)

**Questão 16**

Dentre os fragmentos destacados e as formas verbais grifadas, difere-se quanto ao emprego do modo verbal, apenas:

- A) “*É essencial que a sociedade se una [...]*” (10º§)
- B) “*As plataformas digitais têm uma visibilidade ampla [...]*” (9º§)
- C) “*As escolas desempenham um papel fundamental nesse processo [...]*” (6º§)
- D) “*Além disso, é importante que as instituições de ensino ofereçam espaços seguros e acolhedores [...]*” (6º§)

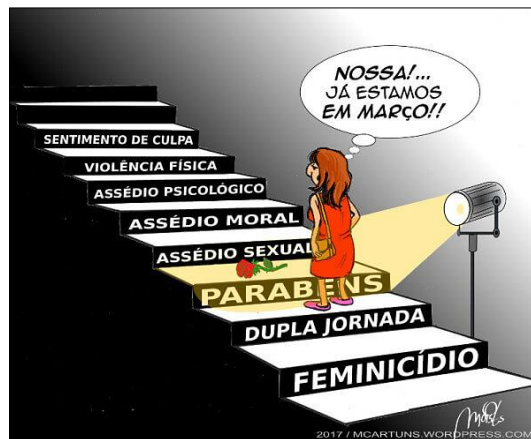
**Questão 17**

Considerando-se que o último parágrafo do texto apresenta uma conclusão, indique a alternativa cuja reescrita atende à adequação de acordo com a norma padrão da língua.

- A) É essencial que a sociedade se una para garantir que essas leis; sejam, pois, implementadas efetivamente e que as mulheres tenham acesso à informação, justiça e proteção necessárias para viverem livres de violência.
- B) É essencial, pois que a sociedade se una para garantir que essas leis sejam implementadas efetivamente e que as mulheres tenham acesso à informação, justiça e proteção necessárias para viverem livres de violência.
- C) É essencial, pois, que a sociedade se una para garantir que essas leis sejam implementadas efetivamente e que as mulheres tenham acesso à informação, justiça e proteção necessárias para viverem livres de violência.
- D) É essencial que a sociedade, se una para garantir que: essas leis sejam implementadas efetivamente e que as mulheres tenham acesso à informação, justiça e proteção necessárias para viverem livres de violência.

**Questão 18**

De acordo com as características do gênero textual apresentado a seguir, pode-se afirmar que:



(Charge do Moises Cartuns. Disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/aricunha/laranja-e-feminicidio-mostram-um-brasil-que-nao-respeita-suas-mulheres/>.)

- A) Apresenta como principal característica o discurso claro e objetivo.
- B) Trata-se de um texto híbrido considerando-se a linguagem empregada.
- C) Mostra-se relacionado ao tipo textual narrativo, tendo presente em sua construção os mesmos elementos.
- D) Tem como principal finalidade persuadir o leitor acerca de um tema de relevância social por meio de argumento e contra-argumento.

**Questão 19**

Algumas palavras podem apresentar dúvida em relação ao registro de acordo com a ortografia oficial. Em “*Já a violência psicológica, talvez menos evidente, é igualmente devastadora, minando a autoestima e o bem-estar emocional da vítima por meio de humilhações, xingamentos e ameaças constantes.*” (2º§), observa-se o emprego e registro correto de vocábulo em que o uso do hífen é evidenciado. Indique, a seguir, a alternativa que apresenta INCORREÇÃO de acordo com a norma padrão da língua.

- A) micro-ondas; sem-terra; contra-ataque.
- B) além-túmulo; aquém-mar; bem-nascido.
- C) inter-racial; sub-bibliotecário; sub-região.
- D) auto-conhecimento; anti-derrapante; semi-reta.

**Questão 20**

Considerando-se a produção de sentido da palavra introdutória do parágrafo destacado a seguir: “*Portanto, é essencial que utilizemos essas ferramentas de forma responsável e ética, promovendo a conscientização e o combate à violência feminina em todas as esferas da sociedade.*” (9º§), pode-se afirmar que o mesmo sentido é produzido pelo destacado em:

- A) Em meio ao caos diário, entretanto, sobrevivemos.
- B) A chuva parou um pouco; logo, podemos prosseguir.
- C) A luta pode prosseguir, mas a vitória já está determinada.
- D) O empreendimento começou a fracassar, pois alguns já começaram a desanimar.

**Questão 21**

Considerando o que dispõe a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada por posição de iniciativa popular de Vereador em exercício e do Prefeito.
- II. Consiste em impedimento para a alteração do texto da Lei Orgânica a decretação de intervenção federal.
- III. Compete privativamente à Câmara Municipal autorizar referendo e convocar plebiscito.
- IV. A Lei Orgânica Municipal não fez previsão sobre a possibilidade de edição de Medidas Provisórias pelo Prefeito.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

**Questão 22**

Em relação ao tema elementos das constituições, relacione adequadamente as colunas a seguir.

- 1. Orgânico.
  - 2. Limitativo.
  - 3. Socioideológico.
  - 4. Formal de aplicabilidade.
  - 5. De estabilização constitucional.
- ( ) Norma que prescreve direito fundamental individual.
- ( ) Norma que possibilita a criação de novos Municípios.
- ( ) Norma que estabelece diretrizes sobre a seguridade social.
- ( ) Norma que estabelece a competência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade em face de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- ( ) Norma que possibilita a realização de uma revisão constitucional.

A sequência está correta em

- A) 2, 1, 3, 5, 4.
- B) 2, 3, 4, 1, 5.
- C) 3, 1, 5, 2, 4.
- D) 5, 2, 3, 4, 1.

**Questão 23**

No sistema do controle concentrado de constitucionalidade brasileiro, a ação direta de inconstitucionalidade é o instrumento adequado em face de lei ou ato normativo federal ou estadual que violar a Constituição Federal. Sendo assim, é possível sua propositura em face de:

- A) Lei ou ato normativo revogado.
- B) Norma constitucional originária.
- C) Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado.
- D) Decreto Regulamentar do Poder Executivo estadual.

**Questão 24**

O Prefeito do Município de Belo Horizonte apresentou um projeto de lei que autoriza a criação de um novo cargo público na Administração Pública Direta do Município. Considerando as normas estabelecidas na LOMBH, assinale a afirmativa correta.

- A) A iniciativa do projeto é concorrente entre Prefeito e Vereadores municipais.
- B) A matéria de que versa o projeto de lei só pode ser objeto de Emenda à Lei Orgânica.
- C) O quórum necessário à aprovação do projeto é de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- D) Poderá ser adotado o processo legislativo sumário, caso haja solicitação do Prefeito nesse sentido.

**Questão 25**

Decorre do Poder Constituinte derivado a elaboração das Constituições Estaduais. Considerando que esse poder é limitado, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu normas que, obrigatoriamente, deveriam ser fixadas pelas Constituições Estaduais. Nesse sentido, é correto afirmar que as Constituições Estaduais deverão observar:

- A) As normas de reprodução obrigatória, tal como aquela que faz previsão ao mandado de injunção.
- B) Os princípios constitucionais sensíveis, a exemplo da forma republicana, sob pena de intervenção federal.
- C) As normas de preordenação, como a que disciplina a respeito da instituição de impostos pelos entes federativos.
- D) As normas de competência, tal como a que dispõe sobre o quantitativo de deputados estaduais a compor a Assembleia Legislativa.

**Questão 26**

Um Vereador do Município X apresentou um projeto de lei propondo a proibição da utilização de imóveis de domínio do Município para fins de se produzir, filmar ou divulgar propaganda de bebidas alcoólicas ou de qualquer outro produto que, comprovadamente, cause dependência física ou psíquica. É correto afirmar que esse projeto de lei:

- A) Não viola a competência constitucional estabelecida para os entes federativos.
- B) Viola a competência constitucional privativa da União para legislar sobre propaganda comercial.
- C) Viola a competência constitucional concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre propaganda comercial.
- D) Apresenta vício formal na medida em que a iniciativa de projetos de lei que versam sobre a Administração Pública municipal é privativa do Prefeito.

**Questão 27**

Após representação do Procurador-Geral de Justiça ao Tribunal de Justiça de determinado Estado da Federação para intervenção em Município que, por conduta grave e reiterada, descumpra determinada decisão judicial, o Tribunal decidiu dar provimento à representação para prover a execução da decisão judicial. Nesse caso, é correto afirmar que:

- A) O decreto do Governador de Estado para intervenção no Município se limita a suspender a execução do ato impugnado.
- B) Caberá recurso extraordinário em face do acórdão do Tribunal de Justiça que deferiu o pedido de intervenção no Município.
- C) O Governador do Estado deverá decretar a intervenção no Município e encaminhar o decreto à apreciação da Assembleia Legislativa.
- D) Tratando-se de ato político do Governador de Estado, decretar a intervenção em Município é sempre decisão discricionária do Chefe do Poder Executivo.

**Questão 28**

Quanto às espécies de inconstitucionalidade, analise as afirmativas a seguir.

- I. Lei estadual que disciplina matéria sobre proteção e tratamento de dados pessoais, cuja competência legislativa é privativa da União, apresenta uma inconstitucionalidade formal orgânica.
- II. Lei estadual que autoriza a criação de novo município à revelia da edição de lei complementar federal que define o prazo determinado pela Constituição, apresenta inconstitucionalidade formal objetiva.
- III. Lei municipal que versa sobre matéria de iniciativa privativa do Prefeito, mas cujo projeto de lei foi apresentado na Câmara Municipal por um grupo de cinco vereadores, apresenta inconstitucionalidade formal propriamente dita.
- IV. A percepção de vantagem indevida que provoca interferência na maneira como o parlamentar dirige sua conduta no processo legislativo pode configurar espécie de inconstitucionalidade por vício de decoro parlamentar.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) IV.
- B) II e III.
- C) I, II e IV.
- D) I, III e IV.

**Questão 29**

A Câmara Municipal de Belo Horizonte aprovou um projeto de código sanitário do Município, que foi vetado pelo Prefeito. O veto foi publicado e a Casa Legislativa comunicada dos motivos que ensejaram o ato do Chefe do Poder Executivo. Conforme disciplina a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte a respeito do tema, assinale a afirmativa correta.

- A) O Prefeito tem o prazo de até quarenta e oito horas para publicar o veto.
- B) O veto poderá ser rejeitado pelo voto da maioria dos membros da Câmara Municipal.
- C) O veto do Poder Executivo municipal deverá sempre se basear em critérios de constitucionalidade.
- D) A Câmara Municipal possui o prazo de trinta dias para a deliberação do veto ao projeto de lei, contados da data de sua publicação.

**Questão 30**

Suponha que o Prefeito do Município de Belo Horizonte deixou de apresentar à Câmara, no devido tempo e em forma regular, a proposta orçamentária. Considerando o fato, assinale a afirmativa correta.

- A) A conduta do Prefeito constitui infração político-administrativa, a ser julgada pela Câmara Municipal.
- B) O Prefeito incorreu em crime de responsabilidade e deverá ser julgado perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
- C) A condenação do Prefeito pela infração político-administrativa deverá ser precedida do voto secreto de ao menos dois terços dos membros da Câmara.
- D) Recebida pela Câmara a denúncia contra o Prefeito por conduta que configura infração político-administrativa, deverá ser designada uma comissão processante composta de cinco vereadores.

**Questão 31**

Para assegurar o pleno e efetivo exercício do mandato parlamentar, a Constituição Federal assegurou ao cargo de Deputado Federal e de Senador determinadas imunidades que não devem ser confundidas com blindagem à pessoa que o está exercendo. Sobre as imunidades parlamentares, assinale a afirmativa correta.

- A) O termo inicial para a aplicação da imunidade formal é a posse do parlamentar.
- B) No exercício do mandato, os parlamentares federais possuem imunidade absoluta de testemunho.
- C) As imunidades parlamentares previstas na Constituição Federal são de dois tipos: imunidade substantiva e imunidade adjetiva.
- D) A imunidade material não produz efeitos após o encerramento do mandato do parlamentar, havendo possibilidade de sua responsabilização vindoura.

**Questão 32**

Sobre o que dispõe a Constituição Federal a respeito das espécies normativas e do processo legislativo constitucional brasileiro, analise as afirmativas a seguir.

- I. Enquanto espécie normativa, a medida provisória não poderá ser editada para regulamentar matéria relativa a direito eleitoral.
- II. Nos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, a Casa Legislativa iniciadora é a Câmara dos Deputados.
- III. Na hipótese de edição de lei delegada, resolução do Congresso Nacional pode determinar a apreciação do projeto de lei pelo Poder Legislativo em votação única.
- IV. Como regra, os projetos de lei tramitarão na Câmara dos Deputados e no Senado Federal em dois turnos de votação.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II.
- B) I e II.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.

**Questão 33**

Adolfo, brasileiro naturalizado, conta com trinta e cinco anos de idade e tem a pretensão de, no próximo pleito eleitoral, se candidatar ao cargo de Senador da República. Em relação ao referido cargo eletivo, assinale a afirmativa correta.

- A) O cargo de Senador é privativo de brasileiro nato, para o exercício de um mandato e uma legislatura de oito anos.
- B) Os Senadores suplentes não serão diplomados nessa qualidade, mas deverão permanecer à disposição em caso de vacância do cargo do Senador titular.
- C) Quanto aos crimes de responsabilidade, compete aos membros do Senado Federal autorizar a abertura de processo de *impeachment* em face dos Ministros de Estado.
- D) A candidatura para o Senado deve se dar com o registro completo da chapa, ou seja, com o registro de um titular e dois suplentes, não sendo possível o registro da candidatura de forma isolada.

**Questão 34**

Acerca do exercício da função fiscalizadora pelo Poder Legislativo, assinale a afirmativa correta.

- A) As contas do Prefeito, referentes à gestão financeira do ano anterior, serão julgadas pela Câmara mediante parecer vinculante do Tribunal de Contas.
- B) Compete privativamente à Câmara Municipal sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, o que se dará por meio da espécie legislativa resolução.
- C) A Comissão Parlamentar de Inquérito é órgão que se insere dentre as competências fiscalizadoras do Poder Legislativo, criado mediante requerimento subscrito por um terço dos membros da Câmara, o qual será lido e votado no Plenário da Casa.
- D) Extrai-se do constitucionalismo moderno a ideia de que os Poderes tenham funções típicas e atípicas, como corolário do sistema de freios e contrapesos. Neste aspecto, é dado ao Poder Legislativo, além de sua função típica clássica de legislar, as funções atípicas de fiscalizar, administrar e julgar, nos casos especificados em lei.

**Questão 35**

Quanto ao processo de votação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, assinale a afirmativa correta.

- A) Adotar-se-á a votação nominal exclusivamente nas votações públicas em que se exige quórum de três quintos.
- B) A votação simbólica é privativa das votações de projetos em que se exige quórum de maioria dos votos dos membros presentes.
- C) O requerimento de verificação é privativo do processo simbólico e, caso não realizado imediatamente após a proclamação do resultado, este se torna definitivo.
- D) O processo de votação nominal dar-se-á mediante a chamada, pelo Secretário-Geral, dos Vereadores pelo microfone, que responderão “sim”, “não” ou “abstenção”, vedada a utilização de sistemas eletrônicos para tal sistema de votação.



**Questão 36**

No que concerne à iniciativa e tramitação dos projetos de lei, consoante a Lei Orgânica Municipal de Belo Horizonte e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- ( ) Lei estadual, ao considerar as consultas populares como etapa obrigatória e preliminar do processo legislativo da peça orçamentária, é inconstitucional, por restringir indevidamente prerrogativa reservada ao governador para apresentar sua proposta, além de contrariar o poder de emenda atribuído ao Poder Legislativo.
- ( ) A iniciativa popular no município de Belo Horizonte pode ser exercida pela apresentação à Câmara de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do Município, em lista organizada por entidade associativa legalmente constituída, sendo, em homenagem à democracia, dotada de caráter amplo e irrestrito com relação às matérias em que pode ser exercida tal iniciativa.
- ( ) O regulamento geral sobre a polícia da Câmara Municipal e o quadro de empregos das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades sob controle direto ou indireto do Município são matérias de iniciativa privativa da Mesa do Legislativo.

A sequência está correta em

- A) F, V, V.  
B) V, V, V.  
C) V, F, F.  
D) F, F, F.

**Questão 37**

Considere o seguinte iter procedimental de uma proposta de emenda à Lei Orgânica (LOM) de Belo Horizonte:

- I. Cinco por cento do eleitorado do Município propuseram a emenda à LOM.  
II. Após a devida discussão, a proposta de emenda foi discutida e votada em turno único.  
III. Enviada ao Executivo, o Prefeito a sancionou, promulgou e fez publicar no Diário Oficial.  
IV. Foi considerada aprovada por ter obtido três quintos dos votos dos membros da Câmara.

Analisando isoladamente cada etapa descrita, está de acordo com o processo legislativo o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.  
B) I, apenas.  
C) II e III, apenas.  
D) I, II e IV, apenas.

**Questão 38**

Em 1º de fevereiro de 2030, o Prefeito Municipal recebe proposição de lei, resultante de projeto aprovado pela Câmara, para sanção ou veto. No dia 3 de fevereiro de 2030, promove a sanção parcial da proposição, promulgando e publicando a lei, juntamente com mensagem que comunica o veto integral dos artigos 2º, 3º e 5º, bem como de excerto do *caput* do Art. 6º. No dia 10 de março de 2030, o Prefeito republica a lei e sua mensagem, tendo em vista erro material na versão original, incluindo o veto ao Art. 8º. Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e que, à época dos fatos narrados vigora a mesma sistemática atualmente prevista para o processo legislativo, assinale a afirmativa correta.

- A) Ambos os vetos exercidos nos dias 3 de fevereiro e 10 de março de 2030 apresentam vícios e não podem ser admitidos.  
B) Há vício no fato de ter o Prefeito promulgado e publicado a lei em 3 de fevereiro de 2030, antes da apreciação dos vetos pelo Legislativo, bem como no fato ocorrido em 10 de março de 2030.  
C) As condutas do Prefeito se mostram escorreitas, considerando seu poder de veto aos projetos de lei e tendo em vista que a republicação sob o argumento de mera retificação de erro material da versão original é excepcionalmente admitida.  
D) O exercício do poder de veto ocorrido no dia 3 de fevereiro de 2030 guarda consonância com a previsão legal, enquanto que aquele exercido no dia 10 de março de 2030 não pode ser admitido, ante a impossibilidade de arrependimento ao veto já realizado, ainda que sob o argumento de mera retificação.

**Questão 39**

Sinfrônio, coordenador do processo legislativo da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), é consultado pela Mesa Diretora a respeito de quais medidas disciplinares podem ser adotadas em face das seguintes condutas de vereadores da Casa: o Vereador X reteve proposições que estavam em seu poder, vencido o prazo regimental; o Vereador Y faltou, sem motivo justificado, a três reuniões ordinárias consecutivas, dentro da sessão legislativa; o Vereador Z, por sua vez, utilizou-se dos serviços da Secretaria da Câmara para fins não relacionados com o exercício do mandato. Considerando que não houve reincidência em tais condutas e que estas não se enquadram como improbidade administrativa, os vereadores X, Y e Z estão sujeitos, respectivamente, às seguintes medidas disciplinares previstas no Regimento Interno da CMBH:

- A) Advertência, perda do mandato e censura.  
B) Perda do mandato, suspensão e advertência.  
C) Censura, afastamento temporário do exercício do mandato e censura.  
D) Afastamento temporário do exercício do mandato, censura e advertência.

**Questão 40**

O Coordenador de Processo Legislativo tem como uma de suas principais atribuições coordenar a organização de reuniões, audiências públicas, seminários e outros eventos relacionados com os trabalhos das comissões e do plenário, de modo que se torna imprescindível conhecer e dominar a prática legislativa e os conceitos que a circundam. Dentre os conceitos a seguir apresentados, assinale aquele que se mostra INCORRETO.

- A) Considera-se dispositivo o artigo, o parágrafo, o inciso, a alínea, o número e a parte individualizada de anexo.
- B) Promulgação é o ato pelo qual se informa aos cidadãos o conteúdo da lei sancionada, mediante a publicação no Diário Oficial.
- C) Bancada é o agrupamento organizado de, no mínimo, dois Vereadores de uma mesma representação partidária, com prerrogativa de escolher seu líder.
- D) A diligência ocorre quando comissão, nos limites de sua competência, baixe a proposição mediante a apresentação, por exemplo, de pedido de audiência pública ou pedido de informação por escrito.

**Questão 41**

Analise a situação hipotética a seguir: Uma proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal de Belo Horizonte foi havida por prejudicada e um projeto de lei de iniciativa geral foi rejeitado no âmbito da Câmara Municipal. O Vereador João Beagá consulta a coordenação de processo legislativo sobre a possibilidade de reapresentação das proposições nos mesmos termos. A ele foi corretamente informado que:

- A) É necessário aguardar o transcorrer de duas sessões legislativas, a fim de que se possa apresentar novamente as proposições.
- B) À proposta de emenda à Lei Orgânica aplica-se o princípio da irrepetibilidade dentro da mesma sessão legislativa, não havendo espaço para nova apresentação neste lapso de tempo.
- C) Desde que na mesma sessão legislativa e mediante proposta da maioria dos membros da Câmara ou de pelo menos cinco por cento do eleitorado, ambas as proposições podem ser novamente apresentadas.
- D) O projeto de lei somente poderá ser reapresentado na próxima sessão legislativa, enquanto que a proposta de emenda, por ter incorrido apenas em regra de prejudicialidade, poderá ser novamente proposta no referido período.

**Questão 42**

O Coordenador do Processo Legislativo da Câmara Municipal de Belo Horizonte verificou que, na tramitação de determinados projetos/propostas, foram aprovados pareceres com o seguinte conteúdo:

- I. Conclusão pela inconstitucionalidade de proposta de emenda à Lei Orgânica, emitido pela Comissão de Legislação e Justiça.
- II. Conclusão pela rejeição de projeto de lei, emitido por todas as comissões de mérito às quais tenha sido distribuído.
- III. Conclusão pela inconstitucionalidade do projeto de lei, emitido pela Mesa Diretora.

A minoria da Casa, interessada nos referidos projetos/propostas, consulta o coordenador do processo legislativo sobre a possibilidade de interposição de recurso ao Plenário por membros da Câmara em face dos pareceres exarados. Assinale a afirmativa que contém a orientação correta a respeito.

- A) Cabe recurso ao Plenário contra os pareceres emitidos em duas das hipóteses apresentadas.
- B) Em todas as hipóteses descritas não há possibilidade de interposição de recurso ao Plenário, por se tratarem de pareceres que ensejam apreciação conclusiva.
- C) Somente na hipótese III é cabível o recurso ao Plenário, por se tratar de exercício de atribuição atípica da Mesa Diretora, a qual não participa, via de regra, do processo legislativo.
- D) Não há necessidade de interposição de recurso ao Plenário no caso do item II, vez que se trata de parecer que não é considerado conclusivo e, portanto, a deliberação final do projeto ficará a cargo do Plenário da Casa.

**Questão 43**

Tício, cidadão belo-horizontino, com grande atuação na seara política, deseja se lançar como candidato a Vereador nas eleições de 2024. Sempre preocupado com sua conduta ílibada, tanto na seara privada quanto na pública, consulta seu advogado a respeito de possíveis vedações que possa incorrer, caso venha a ser eleito. Tício foi corretamente orientado que:

- A) Não poderá ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo, desde a expedição do diploma.
- B) Após a expedição do diploma, é permitido manter contrato com empresa delegatária de serviço público municipal, quando este obedeça a cláusulas uniformes.
- C) Não poderá permanecer exercendo função remunerada em empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, desde a expedição do diploma.
- D) Todas as vedações previstas aos vereadores têm como marco temporal a posse, de modo que até antes da formalização deste ato Tício deverá se desincumbir de todas as incompatibilidades relativas à sua pessoa.

**Questão 44**

**Princípios do Direito Processual Civil podem informar princípios do processo legislativo. Entre os princípios do processo civil, que influenciam os princípios do processo legislativo destaca-se:**

- A) O contraditório.
- B) A fundamentação.
- C) A inafastabilidade.
- D) A economia processual.

**Questão 45**

**Determinado servidor público municipal lotado na secretaria de educação pretende receber gratificação concedida aos servidores municipais lotados na secretaria de administração. A Lei Municipal concede esta gratificação aos servidores que desempenham função de gestão de sistemas informáticos e se encontrem lotados na secretaria de administração. O servidor público tem cargo de gestão e desempenha a mesma função em sistemas informáticos da secretaria de educação. Feito o pedido administrativo, este lhe foi negado, uma vez que não está lotado na secretaria de administração. Recorre ao Judiciário para obter o direito pleiteado. Neste caso, o pedido do requerente deve ser:**

- A) Acolhido, com base no princípio da isonomia.
- B) Acolhido, com fulcro no princípio da legalidade.
- C) Desacolhido, pelo princípio da autonomia funcional.
- D) Desacolhido, pelo princípio da separação de poderes.

**Questão 46**

**Observe a afirmativa a seguir:**

“O direito à segurança no trânsito, como direito fundamental, implica para o poder público o dever de realizar prestações positivas, a fim de torná-lo efetivo.”

**Sendo omissis o Estado no dever descrito:**

- A) Sendo o direito em discussão fundamental, é cabível a tutela judicial para sua implementação.
- B) Deve se aguardar que o Poder Legislativo formule lei a respeito ao trânsito e à mobilidade de veículos.
- C) Não cabe ao Poder Judiciário, em qualquer situação, se imiscuir no âmbito da execução de políticas públicas.
- D) Cabe ao administrador público avaliar a conveniência e oportunidade da execução das políticas públicas destinadas ao trânsito.

**Questão 47**

**Em determinado Estado da Federação foi criado o cargo de Controlador Interno com atribuições executivas e técnicas. O desempenho deste cargo pode ser exercido por:**

- A) Função gratificada.
- B) Servidores efetivos.
- C) Cargo em comissão.
- D) Servidores celetistas.

**Questão 48**

**Analise a afirmativa a seguir:**

“Trata-se de controle que o Executivo e os órgãos de Administração dos demais Poderes exercem sobre suas atividades, segundo as necessidades do serviço e as exigências técnicas e econômicas, operando com legitimidade e eficiência, atingindo a finalidade plena de satisfação das necessidades coletivas e o atendimento dos direitos individuais dos administrados.”

**Este controle se caracteriza por ser:**

- A) Interno: sobre a legalidade e mérito das atividades da administração.
- B) Interno: sobre as decisões discricionárias da atividade administrativa.
- C) Externo: sobre a oportunidade e a conveniência das atividades públicas.
- D) Externo: sobre a congruência entre o agir administrativo e as políticas públicas.

**Questão 49**

**Considere comprovada fraude praticada pelo consumidor, para reduzir sua fatura do serviço público de fornecimento de energia, tendo a concessionária ingressado com ação para recuperação de valores. Neste caso:**

- A) A concessionária poderá cobrar a recuperação do consumo; porém, sem direito a suspender o serviço.
- B) Poderá haver a suspensão do serviço, como instrumento de coação extrajudicial para o pagamento do valor devido.
- C) Em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, a suspensão do serviço só poderá ocorrer por no máximo trinta dias.
- D) O corte do fornecimento de energia elétrica só poderá ocorrer após sentença transitada em julgado que permitir a supressão do serviço.

**Questão 50**

A União propôs uma demanda em face de determinado Estado e dos possuidores e ocupantes de determinada área de terra, com base no Art. 243 da CF/1988 (Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no Art. 5º.) para expropriação deste terreno de, aproximadamente, 700 hectares, onde for encontrado cultivo de *Cannabis sativa*, popularmente conhecida como maconha. Essa demanda deve ser:

- A) Desacolhida, não se mostra cabível o confisco de um bem de ente federativo, por outro ente da federação.
- B) Desacolhida, por se tratar de área pública não cabe a desapropriação do bem por outra entidade da federação.
- C) Acolhida, ante o princípio da primazia expropriatória da União sobre as demais entidades públicas que compõem a Federação.
- D) Acolhida, uma vez que há primazia do interesse da União, constitucionalmente firmado em face do Estado e dos particulares.

**Questão 51**

A Constituição da República estabelece a publicidade como princípio da Administração Pública e o direito fundamental à informação de interesse particular, coletivo ou geral, em seu inc. XXXIII do Art. 5º. O controle de legalidade e finalidade dos atos administrativos cumpre-se pelos instrumentos garantidores de transparência na gestão pública e do controle das práticas administrativas. A imposição de sigilo há de ser objetivamente justificada em cada caso, segundo os parâmetros constitucionais. Determinadas situações constituem critério constitucional para a imposição do sigilo. Elas envolvem:

- A) Segurança da sociedade e do Estado.
- B) Figura pública de grande relevo político.
- C) Documentos que estejam no sistema da Polícia Federal.
- D) Informações acerca de atos da Presidência da República.

**Questão 52**

Foi proposta ação de indenização por danos morais em face de Viação Santa Clara, eis que provado nos autos que o preposto da ré atropelou e matou o marido da parte autora, ciclista, que estava em sua bicicleta e foi atingido pelo coletivo. Produzidas as provas sobre o fato, a sentença do juiz de piso julgou procedente o pedido com base na responsabilidade objetiva da empresa. Nesta demanda, a sentença do magistrado de primeiro grau está:

- A) Correta, pelo risco integral que embasa a responsabilidade das empresas de viação.
- B) Incorreta, apenas os terceiros usuários do serviço podem alegar responsabilidade objetiva.
- C) Incorreta, uma vez que na hipótese teria que ser provada culpa por imperícia do motorista.
- D) Correta, a teoria da responsabilidade objetiva se aplica mesmo aos não usuários do serviço.

**Questão 53**

Certa Lei Federal estabeleceu reserva de duas vagas gratuitas para jovem de baixa renda em ônibus interestadual. A Associação de Empresas Concessionárias deste transporte se insurge em face da medida legal por não haver previsão no contrato firmado com a Administração Pública e não estar prevista a fonte de custeio. Nesse caso:

- A) Há violação ao princípio constitucional da livre iniciativa, eis que a lei representa ingerência na economia dos contratos.
- B) A lei é válida e eficaz, havendo na legislação mecanismos que permitem o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- C) O contrato administrativo, que concedeu às empresas a exploração do transporte interestadual, admite alterações ao arbítrio do poder concedente.
- D) Prevalece o entendimento da Associação, por não ter sido previsto no texto legal o financiamento da gratuidade concedida pelo poder público.

**Questão 54**

Professora que fora contratada sem concurso, antes da Constituição Federal de 1988 ser promulgada, foi transferida para outro Estado da Federação e lá permaneceu trabalhando, obtendo a estabilidade prevista no artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), prevista para quem tivesse pelo menos cinco anos ininterruptos de serviço público na data da promulgação da Constituição de 1988. Ao se aposentar, a professora:

- A) Tem direito ao Regime Geral da Previdência Social.
- B) Tem direito ao Regime Próprio da Previdência Social.
- C) Seguirá as regras do regime estatutário por ocupar cargo efetivo.
- D) Adquiriu efetividade e se aposenta pelo regime específico do funcionalismo civil.

**Questão 55**

A competência de cada comissão permanente está relacionada à matéria compreendida em sua denominação. A respeito das comissões permanentes, é correto afirmar que a matéria:

- A) Delegação de serviços públicos compete à Comissão de Legislação e Justiça.
- B) Sistema previdenciário dos servidores compete à Comissão de Administração Pública.
- C) Referente ao patrimônio público compete à Comissão de Orçamento e Finanças Públicas.
- D) Planos de inter-relação dentro da região metropolitana compete à Comissão de Mobilidade Urbana, Indústria, Comércio e Serviços.

**Questão 56**

**Montesquieu** idealizou a separação dos três poderes tendo como ponto de partida a premissa de que “Para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder”. Na separação dos Poderes, a cada um destes se atribui uma função predominante, para além de outras funções que são estabelecidas pela Constituição Federal. As funções que não compreendem sua função essencial são denominadas atípicas. É possível afirmar que o Poder Legislativo Municipal exerce função atípica quando:

- A) Aprova, mediante votação, a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- B) Atua em sua organização, especificamente por meio de atos de gestão.
- C) Realiza o controle das contas públicas e a fiscalização da Administração local.
- D) Edita Lei Orgânica do Município, em observância aos preceitos das Constituições Federal e Estadual.

**Questão 57**

Há comissões que se extinguem com o término da legislatura ou antes dela, se atingido o fim para que foram criadas ou findo o prazo estipulado para o seu funcionamento; outras que subsistem nas legislaturas. Sobre as Comissões da Câmara, segundo o Regimento Interno da Câmara de Belo Horizonte, assinale a afirmativa correta.

- A) A composição de comissão permanente subsistirá pelo prazo de quatro anos.
- B) Na composição das comissões deverá ser assegurada, em qualquer hipótese, a participação proporcional das bancadas.
- C) Às comissões, em razão da matéria de sua competência ou da finalidade de sua constituição, cabe a apreciação de proposições submetidas ao seu exame.
- D) As comissões poderão realizar reuniões de audiência pública com os cidadãos, para instruir matéria legislativa em trâmite, independentemente de estar relacionado à sua área de atuação.

**Questão 58**

O estudo da organização do Poder Legislativo permite a compreensão de que legislatura e sessão legislativa não se confundem entre si, em que pese seja possível afirmar que uma esteja contida dentro da outra. A respeito da Legislatura e das sessões legislativas é INCORRETO o que se afirma em:

- A) A sessão legislativa ordinária corresponde ao período de um ano.
- B) Haverá sessão solene para instalação da legislatura, nos termos da Lei Orgânica do Município.
- C) A sessão legislativa extraordinária é realizada durante o período de recesso e depende de convocação.
- D) A sessão legislativa ordinária depende de convocação e, via de regra, dividida em dois períodos separados pelo recesso.

**Questão 59**

A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá ser constituída para apuração de fato determinado e por tempo certo. A respeito dessas comissões, analise as afirmativas a seguir.

- I. A constituição da Comissão Parlamentar de inquérito dependerá de requerimento de um terço dos membros da Câmara.
- II. A comissão parlamentar de inquérito poderá, em qualquer situação, determinar diligências e ouvir indiciados, desde que estes não sejam autoridades.
- III. No caso de não-comparecimento justificado do indiciado ou da testemunha, a sua intimação poderá ser requerida ao juiz criminal.
- IV. A Comissão Parlamentar de Inquérito constituída possui poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) I e IV.
- D) II e IV.

**Questão 60**

O contrato administrativo intrinsecamente considerado possui certas características básicas. Analise-as.

- I. Consensualidade entre as partes.
- II. Comutatividade entre as partes.
- III. Imperatividade do Estado.
- IV. Informalidade contratual.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

**ATENÇÃO**



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.  
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; é constituída de 2 (duas) dissertações sobre temas específicos da área respectiva do cargo. Será avaliada em 100 (cem) pontos, sendo 50 (cinquenta) pontos para cada dissertação.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas para cada resposta. Será atribuída nota 0 (zero) ao texto que contiver número de linhas inferior aos limites mínimos estabelecidos.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Serão considerados os seguintes elementos de avaliação para cada questão discursiva:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIIS	<b>38 pontos</b>
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIIS	<b>12 pontos</b>
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequência do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,4 ponto, até o limite de 12 pontos.	
2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

**Questão 01**

A atuação da Administração Pública deve estar condicionada à observância de determinados princípios dispostos no próprio texto da Constituição Federal ou dele decorrentes. E, dentre eles, destacamos que a conduta administrativa se subordina ao Princípio da Reserva Legal. Considerando especificamente esse princípio, explique-o em sua perspectiva formal e material.

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



## CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

### Questão 02

A Constituição Federal possibilita às Constituições Estaduais instituírem a representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, cuja competência originária para o processo e julgamento recai ao Tribunal de Justiça respectivo. Além da ação direta de inconstitucionalidade, é possível que a Constituição do Estado de Minas Gerais estabeleça em seu texto previsão de outras ações de controle concentrado de constitucionalidade? Justifique.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	





## INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 60 (sessenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos; 2 (duas) questões discursivas para os cargos superiores, exceto, para os cargos de procurador e redator; 1 (uma) peça prático-profissional privativa de advogado (petição ou parecer) para o cargo de procurador; 1 (uma) proposição normativa, com justificativa para o cargo de redator; e, ainda, 1 (uma) redação para o cargo de Técnico Legislativo II.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 5 (cinco) horas para todos os cargos. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

## RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br).
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), no *link* correspondente ao Concurso Público. Será disponibilizado, ainda, um ponto de acesso à *Internet* para o candidato no endereço indicado no item 1.12 do Edital.